

Projeto DGM FIP Brasil
9ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor Nacional
Dia 8 de setembro de 2020 – ambiente virtual
Dia 15 de setembro de 2020 – ambiente virtual

Iniciou-se às 09h00 do dia 8 de setembro de 2020, em ambiente virtual, a 9ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Nacional (CGN) do Projeto DGM/Brasil. Estavam presentes: Januário Tseredzaró, João Nonoy, Anália Aparecida da Silva, Maria do Socorro Lima, Srewe Brito, Gilberto Barros, Lucely Pio, Mayk Arruda e Maria de Lourdes Nascimento, representantes da sociedade civil do CGN; a representante do Governo, Priscila Feller (FUNAI); a equipe do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM - AEN), representado por Braulino Caetano, Aline Silva, Eliseu Oliveira, Joeliza Aparecida, Álvaro Carrara, Claudia Calorio, Gabriel Ribeiro, Carla Blenda e Nívea Pereira; e do Banco Mundial (entidade observadora), nas pessoas da Bernadete Lange, Alberto Costa, Daniella Arruda e Camila Santana.

Os trabalhos foram abertos pela presidência do CGN. Logo em seguida, foi apresentada uma proposta de pauta para a reunião, a saber: 1) Leitura e aprovação da ata da 7ª Reunião Extraordinária do CGN (09/06/2020); 2) Informes sobre a Rede Solidariedade/Apoio Emergencial DGM; 3) Componente 2 - Capacitação e Fortalecimento Institucional: ações realizadas, análise e deliberação sobre as ações previstas; 4) Monitoramento e acompanhamento dos subprojetos - proposta de avaliação de encerramento dos subprojetos. Logo em seguida, a AEN propôs uma inversão de pauta, iniciando assim tópico 4 (monitoramento).

Monitoramento e acompanhamento dos subprojetos

A AEN apresentou tabela contendo a evolução do progresso financeiro e físico dos subprojetos, estabelecendo um comparativo entre a situação na última reunião do CGN e a atual, conforme síntese apresentada a seguir:

| Situação 04-2020 | Situação 08-2020 |
|---|---|
| 15 subprojetos concluíram atividades físicas (9 executando saldo) | 28 subprojetos concluíram atividades físicas e financeiras (8 precisam completar as atividades físicas no SIGCAA) |
| 38 subprojetos têm execução financeira acima de 50% | 29 subprojetos têm execução financeira acima de 50% |
| 6 subprojetos têm execução financeira entre 50 e 20% | 3 subprojetos têm execução financeira entre 50 e 20% |
| 4 subprojetos têm execução financeira entre 20 e 1% | 4 subprojetos têm execução financeira entre 20 e 1% |
| 1 subprojeto sem execução financeira | 1 subprojeto sem execução financeira |

Considerações sobre o monitoramento:

Dificuldades: 1) aldeias que pediram para suspender aquisições pois estão em ritual; 2) FUNAI não emite autorização de entrada em área, solicitada pela comunidade; 3) fornecedores que não conseguem entregar produtos, por não terem mais em estoque e as fábricas estão demorando entregar; 4) casos isolados de subprojetos que já executaram todas atividades e não conseguimos encerrar por questão de prestação de contas e adiantamentos em aberto; 5) subprojetos que já encerraram as atividades previstas, mas se tem algum saldo, querem executar todo o recurso financeiro; 6)

subprojeto com meta para encerrar em junho e o fornecedor atrasa o serviço e não entregou até o momento; 7) subprojetos que já executaram todos os recursos e atividades previstas e não lançaram as entregas no sistema - SIGCAA.

Avanços: 1) redução dos adiantamentos em aberto em 75%; 2) liberação de relatório final online para preenchimento no SIGCAA (até o dia da reunião, foram respondidos 5 relatórios); 3) a redes do CGN que não foram contempladas com subprojetos estão sendo apoiadas com apoio da Rede Cerrado; 4) a equipe gestora da AEN está trabalhando com metas mensais de encerramento (setembro: 6 subprojetos encerrados; outubro: 7; novembro: 12; dezembro: 11).

Síntese situação subprojetos com execução financeira entre 20 e 1%:

- Subprojeto 109 Farinha do Babaçu: uma alternativa de geração de renda para as quebradeiras de coco-babaçu da região do Bico do Papagaio (ASMUBIP/TO)

A ASMUBIP possui aproximadamente 70% do valor na reforma da agroindústria. A obra ainda não foi iniciada pois a primeira lista de materiais enviada para a AEN totalizou um valor muito alto, necessitando inclusive de uma renegociação com o engenheiro e com o subprojeto de alguns itens como tentativa de diminuir o valor. Após a renegociação, está sendo realizada nova cotação dos insumos para finalização da aquisição do material de construção.

- Subprojeto 166 O CERRADO: Colhendo Seus Frutos e Protegendo o Bioma! (Associação da Comunidade Indígena Kaxixó – ACIK/MG)

O subprojeto da ACIK possui 50% do valor que ainda consta para ser executado destinado para a construção de uma cozinha multiuso. A obra ainda não foi iniciada por conta de que a FUNAI até agora não autorizou a entrada em área, sendo que o contrato com os executores da obra está assinado desde abril/2020, vencendo no final de setembro/2020, tendo, portanto, necessidade de se fazer um novo aditivo. A ACIK solicitou liberação para a coordenação regional da FUNAI, que encaminhou pra Brasília e estão aguardando.

- Subprojeto 195 - Gestão Territorial Auwê (Associação Xavante Warã/MT)

A Associação conseguiu resolver a questão da transferência do CNPJ de São Paulo/SP para Barra do Garças/MT. A AEN já iniciou o processo de aquisição do veículo, que representa mais de 50% do valor a ser executado pelo subprojeto.

- Subprojeto 268 Watuhowy Mananumkje'y (Associação Myky/MT)

Após alguns meses sem conseguir contato por conta do isolamento imposto pela pandemia, a AEN conseguiu contato com a Associação Myky, sendo que as pessoas designadas como apoio operacional estão dependendo de autorização da FUNAI para entrada na área. Enquanto isso, a AEN está realizando aquisições necessárias, como por exemplo material de construção, que totaliza aproximadamente 50% do recurso do subprojeto. Após a chegada dos materiais, os próprios comunitários irão trabalhar na obra do galpão da associação.

Priscila Feller, representante da FUNAI no CGN, esclareceu que a portaria que restringiu a entrada de pessoas em Terras Indígenas na pandemia não tem surtido um efeito prático e uniforme, variando conforme região e situação das aldeias em relação a casos de COVID-19. Sendo assim, solicitou à AEN uma listagem dos subprojetos que estão em TI's e que necessitam de entrada simples, como por exemplo entrega de produtos ou profissionais para realização de laudos técnicos, sem promoção de aglomerações. Propôs a elaboração de uma planilha a ser enviada para a FUNAI, para que ela indique qual regional deverá ser acionada para conseguir as autorizações.

Avaliação final dos subprojetos

Considerando que até o momento da reunião 28 subprojetos já haviam encerrado, e também o encerramento do Projeto DGM Brasil previsto para junho de 2021, a AEN propôs ao CGN uma nova metodologia de avaliação final dos subprojetos:

Primeiramente, foi proposta a realização de reunião virtual entre equipe técnica, coordenador e representante legal dos subprojetos para ajustes finais de acompanhamento no SIGCAA, verificação de indicadores e atendimento de todas as pendências administrativas. Em seguida, a realização de visita (presencial ou remota – a depender da situação da pandemia) entre coordenador, representante legal do subprojeto, CGN, direção do CAA e Banco Mundial, para identificação de resultados e impactos produzidos pelo subprojeto. Foi proposto a disponibilização de documentos (relatório final) aos participantes e questionários de avaliação respondidos pelos subprojetos.

Após apresentação da proposta, a palavra foi aberta para manifestações do CGN, e após discussão foi deliberado que a AEN deverá iniciar as reuniões virtuais que constam na etapa 1, aguardando um pouco mais para decidir sobre a etapa 2, se ocorrerá em modalidade presencial ou virtual em 2021. Caso as visitas presenciais ocorram, deve-se pensar quem irá compor a equipe de trabalho, considerando que os gestores da AEN certamente já estarão com seus respectivos contratos encerrados (prazo para decisão: próxima reunião do CGN). Neste sentido, o Banco Mundial sugeriu que caso ocorram presencialmente, a depender da pandemia, que sejam contratados consultores para acompanhar as visitas nos territórios.

Salvaguardas ambientais

Sobre os subprojetos indígenas que necessitam de licenciamento ambiental, a AEN informou que foi protocolada na FUNAI, dia 29-06-2020, pareceres e anexos de 5 subprojetos indígenas (108 Hanaiti Yomono; 127 UNIX; 47 Xacriabá Aldeia Sumaré Peruaçu; 123 Casa de Cultura Karajá; 166 Associação Kaxixó).

Priscila Feller repassou a situação desses subprojetos na FUNAI. Disse que, excetuando o a questão da Aldeia Xacriabá Sumaré Peruaçu (sub 47), com território ainda sob júdice, os demais poderiam ser enquadrados em um parecer jurídico que autoriza a FUNAI a emitir a autorização. Alertou também sobre a situação dos Kaxixó (sub 166), que a Terra Indígena ainda está em processo de identificação, e por isso questionou por quê o subprojeto foi aprovado no edital 2 do DGM Brasil. Ainda sobre os Kaxixó, informou que, por se tratar de um empreendimento de pequeno porte, que talvez seria possível autorizar mesmo não possuindo a identificação. Os demais subprojetos que já estão regularizados deverão receber uma complementação da documentação (projetos arquitetônicos, acesso ao ART, o registro do profissional, a planta baixa, dentre outros). Priscila alertou que a responsabilidade pelos bens imóveis, seguindo a normativa, vai ser entregue para as instituições proponentes e não serão patrimoniados pela FUNAI.

Sobre os subprojetos para outorga de água: já foi emitido, pela Agência Nacional de Águas-ANA, 4 Declarações de Regularidade de Uso da Água para os subprojetos 99 (Humana) e 91 (APITTU).

Sobre os subprojetos para dispensa de licenciamento ambiental: 1) Sub 71 (AMANU/MG) já tem emitida a Dispensa de Licenciamento Ambiental; 2) Sub 212 (Pedra Preta/MG)- em fase de emissão na Prefeitura de Manga-MG; 3) Sub 55 (Sustentar) - em fase de inscrição, no sistema da SEMA-MG; 4) Subs 173 e 61 (São Manoel do Pari e Mutuca/MT)- em fase de inscrição na SEMA-MT; 5) Sub 109 (ASMUBIP/TO) - em fase de inscrição na NATURATINS-TO; 6) Sub 45 (COOTAPI/PI)- em fase de inscrição na SEMA-PI.

Rede Solidariedade DGM Brasil

A AEN apresentou ao CGN um balanço das ações já realizadas pelo apoio emergencial Rede Solidariedade DGM Brasil, que foi idealizado como um coletivo de apoio aos beneficiários do Projeto para construção de alternativas que possam ser úteis para o enfrentamento da covid-19 nas aldeias e comunidades.

Histórico de Ações

- 1) Impactos da Pandemia e demanda de apoio pelo CGN (abril/2020).
- 2) Aplicação e tabulação dos questionários: 01 - 09/06/2020
 - Proposta inicial – cestas de produtos. Execução via 02 organizações regionais.
 - Proposta via execução direta Subprojetos do custo operacional – proposta de ampliar o limite custo operacional dos subprojetos.
 - Apoio através de novo edital de subprojetos – valores equitativos entre subprojetos e 2 modalidades de apoio (Modalidade 1 - disponibilização de recursos financeiros às famílias, contra recibo; Modalidade 2 - aquisição pelo subprojeto de produtos para fins de distribuição, com cotação simples em fornecedores locais).
- 3) Reuniões da Comissão Rede Solidariedade: (1ª 23/06/2020 – 2ª 10/07/2020 – 3ª 30/07/2020)
- 4) Envio da carta-convite aos subprojetos: 31/07/2020
- 5) Envio da carta-convite às redes: 26/08/2020
- 6) Sobre as Cartas de interesse – até o dia 08/09/2020, haviam sido entregues 37 Cartas de interesse enviadas pelos subprojetos sendo: 31 na modalidade 1; 6 na modalidade 2. 0 cartas de interesse redes.

Situação atual: finalizando alterações no MOP (DGM e Subprojetos) e Aprovação da Reestruturação do Projeto DGM para envio dos acordos de subdoação aos subprojetos que já enviaram as manifestações de interesse. O Banco Mundial se prontificou em enviar as não-objeções dos MOP's ainda na semana do dia 08/09/2020 para avanço do apoio emergencial.

Balanço financeiro Componente 2 DGM Brasil

Em complementação à 9ª Reunião Ordinária do CGN, foi realizado novo encontro virtual no dia 15/09/2020 com o intuito de avançar na proposta de reestruturação do Componente 2 do Projeto DGM Brasil – Capacitação e Fortalecimento Institucional, considerando as necessárias alterações orçamentárias que ocorreram em virtude da pandemia. Estiveram presentes João Nonoy, Anália Aparecida da Silva, Maria do Socorro Lima, Gilberto Barros, Lucely Pio, Mayk Arruda, Maria de Lourdes Nascimento, Valcélcio Figueredo e Jossiney Evangelista, representantes da sociedade civil do CGN; os representantes do Governo, Rodrigo Medeiros (MMA) e Pedro Bruzzi (FIP Coordenação); a equipe do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM - AEN), representado por Braulino Caetano, Eliseu Oliveira, Aline Silva, Álvaro Carrara, Gabriel Ribeiro, Carla Blenda, Paula Vanucci e Nívea Pereira; e do Banco Mundial (entidade observadora), nas pessoas da Bernadete Lange, Alberto Costa, Daniella Arruda e Camila Santana.

O CGN solicitou à AEN que a mesma realizasse uma proposta de planejamento das atividades e recursos previstos, levando também em conta a condição de execução dentro do prazo previsto para o término do projeto, em 31 de julho de 2021. Neste sentido, a AEN apresentou a seguinte configuração:

Os principais reajustes propostos pela AEN foram: 1) pequenos apoios a reuniões seminários (atividades do CGN que normalmente não são previstas e/ou sem data precisa

para realização): de R\$ 79.500,00 para R\$ 39.000,00; 2) intercâmbios CGN: de R\$ 20.000,00 para R\$ 17.500,00; 3) comunicação DGM (vídeos, atlas, cartilhas, dentre outros): de R\$ 208.190,00 para R\$ 226.644,50; 4) custo da equipe capacitação e comunicação: de R\$ 81.782,64 para R\$ 36.343,15; 5) cursos de capacitação: de R\$ 844.790,00 para R\$ 300.695,00 (OBS: redução obtida a partir da exclusão de dois cursos, *Diversificação de mercado + Energia fotovoltaica – Mod 2* + economia gerada a partir da opção pela capacitação virtual).

Para além dos tópicos já mencionados, que sofreram reajustes no orçamento previamente elaborado em período pré-pandemia (fev/2020), foram incluídas mais duas rubricas devidamente aprovadas pelo CGN, a saber: 6) Apoio MESPT/UnB – Mestrado PICT's: R\$ 180.000,00 – aprovada pelo CGN na 6ª Reunião Extraordinária do CGN (mai/20); 7) Regularização fiscal, jurídica e contábil das organizações DGM Brasil: R\$ 191.941,50 - aprovada pelo CGN na 8ª Reunião Ordinária do CGN (jan/20).

Para além das capacitações, foram excluídos: 8) Apoio Terra Madre Brasil: economia de R\$ 150.000,00; 9) Encontro de Mulheres CONAQ: R\$ 11.800,00.

Em síntese, o novo formato do Componente 2 ficou da seguinte forma:

| |
|--|
| Componente 2 – Capacitação e Fortalecimento Institucional |
|--|

| |
|---|
| Soma despesas orçamentárias previstas: US\$ 203.426,83; ou R\$ 1.017.134,15 (1 dólar = 5 reais) Diferença (disponível – orçamento previsto): US\$ -15.833,26; ou R\$ - 79.166,30 (1 dólar = 5 reais) |
|---|

Cabe ressaltar que a representante da FUNAI no CGN, Priscila Feller, ainda na reunião do dia 08/09/2020, manifestou contrariedade à aprovação das bolsas aos estudantes do MESPT/UnB, alegando que a decisão contradizia as diretrizes do DGM Global, e questionando sobre a constitucionalidade da concessão das bolsas, mesmo a questão já estando aprovada na 6ª Reunião Extraordinária do CGN (mai/20), que a mesma não participou. Foi solicitado pela mesma que estivesse expresso em ata que o Governo Federal/FUNAI não estaria de acordo com a iniciativa. Na reunião do dia 15/09/2020, Valcélvio Terena resgatou a questão e solicitou que fosse realizada reunião presencial para discussão do ponto.

Álvaro Carrara, da AEN, na sequência, alegou que foi realizada uma reestruturação no Projeto DGM Brasil após deliberação do CGN, que aprovou a concessão das bolsas aos estudantes indígenas, quilombolas e representantes de comunidades tradicionais do Cerrado (6 estudantes) durante a 6ª Reunião Extraordinária do CGN, visando adequar a solicitação ao regulamento do Banco Mundial. Com relação a uma eventual reunião presencial, alegou que, por motivo da pandemia e segurança dos envolvidos, a própria AEN tem mantido regime de trabalho virtual, não julgando segura a realização de reuniões presenciais. Mayk Arruda e Analia Tuxá, representantes da sociedade civil do CGN, reforçaram que as decisões do Comitê devem ser respeitadas. Conforme ressaltado por Alberto, o documento Diretrizes Operacionais do DGM, confere ao CGN as atribuições e responsabilidades tais como acordar os critérios de elegibilidade para financiamento em conformidade com os critérios das Diretrizes Operacionais, com a "não-objeção" dos MDBs participantes; e revisar e decidir sobre propostas de projetos elegíveis. Esclareceu



DGM / FIP / Brasil | www.dgmbrasil.org.br

Mecanismo de apoio a Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado.

ainda que qualquer questão que altere o Projeto como proposto inicialmente é levada para os superiores do Banco Mundial para garantia de que as alterações ocorram dentro do escopo aceito pela entidade.

15 de setembro de 2020.

Comitê Gestor Nacional do Projeto DGM/FIP/Brasil



Agência Executora Nacional: CAA/NM Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

✉ Solar dos Sertões - Rua Doutor Veloso, nº 151, Centro.

Montes Claros-MG. CEP: 39400-074

☎ (38) 3218-7700 | (61) 34471075 📧 falecom@dgmbrasil.org.br

Site: www.caa.org.br